Obras de Caio Prado Júnior

Evolução Política do Brasil
Formação do Brasil Contemporâneo
História Econômica do Brasil
Dialética do Conhecimento
A Revolução Brasileira
História e Desenvolvimento
A Questão Agrária no Brasil
O que é Liberdade
O que é Filosofia
A Cidade de São Paulo

HISTÓRIA E IDEAL

Ensaio sobre Caio Prado Júnior

(1907-1990)

Organização:

Maria Angela D'Incao

Universidade
UNESP

secretaria
de estado
da cultura

editora brasiliense

Paulo T. Iumatti

neira, para o exame dos motivos mais atuais da historiografia sem rejeitar, mas ao contrário, valorizando o recorte estrutural da análise. Apoiando-se em Prado, constrói um trabalho ao mesmo tempo concreto e profundo.

Concluindo, quero fazer ver que os casos analisados parecem indicar que a historiografia de Prado contém ainda lições que transcendem os limites da interpretação da realidade brasileira, pois adota princípios que permitem integrar numa análise mais completa posições teóricas sobre a cidade aparentemente díspares. Isso ocorre, por exemplo, com o conceito de cidade, fenômeno compreendido por Weber como a comunidade de interesses e de ação política de uma classe, a burguesia medievo-renascentista, que encontra em sua soberania sobre o território urbano o ponto de arregimentação contra a aristocracia rural. Ou com o conceito de Simmel, colocado na mentalidade racional, abstrata e *blasé* do homem metropolitano do século XIX, encarnação da própria burguesia no período do capitalismo financeiro. Ou de Park, quando destaca a heterogeneidade de profissões e de culturas, dentro de assentamentos físicos específicos porém mutuamente dependentes, numa ecologia urbana. Ou de Wirth, quando contrasta os modos de vida urbano e rural. Ou de Castels, quando entende a cidade como o local de reprodução da força de trabalho moderna. Ou como Lipietz e outros, preocupados com o papel regulador do Estado no confronto entre as classes sociais.

Essa riqueza de leituras permitida por Prado vem, certamente, dos princípios teóricos marxistas que abraça. Mas vem também da forma exemplar como ele os usou para entender realidade tão pouco conhecida como a nossa história, incluindo sua face urbana. Por isso, mesmo que não possa ser comportada dentro da estreiteza dos estudos urbanos, sua obra deve ser utilizada por estes como uma fonte clássica de ensinamentos.

Interessante. Infelizmente, embora várias colocações não sejam corretas, ver dados pp. 369 e 370 e pp. 371 e 372 (C.P.)

IMPASSES DO INORGÂNICO

Maria Odila Leite da Silva Dias

Um dos eixos fundamentais na obra de Caio Prado Júnior é o tema das tensões entre sociedade e nação, que aponta virtualidade de um processo inacabado em nossa história: "A evolução brasileira de simples colônia tropical para nação, tão difícil e dolorosa e cujo processo mesmo em nossos dias ainda não se completou".¹ Ao analisar a oposição estrutural entre o sistema de organização da economia colonial e a construção da nacionalidade como um traço peculiar de nossa inserção no mundo, Caio Prado Júnior desfraldou a bandeira de um programa que era ao mesmo tempo uma meta política e um desafio metodológico para o historiador marxista: decifrar as contradições regionais e conjunturais do Brasil colonial para melhor desvendar o processo pendente da revolução brasileira. "O fato elementar do crescimento da população já constitui por si só um fator de transformação, porque determina a constituição e desenvolvimento do mercado interno e com ele de um setor propriamente nacional, isto é, orientado já não exclusivamente para a exportação, mas para as necessidades do país".²

A economia colonial voltada para a produção de gêneros de exportação, não permitia a constituição de uma infra-estrutura suficiente para fornecer à população os gêneros de primeira necessidade: "Numa organização como essa, os dois elementos que fundamentalmente compõem o ciclo econômico — produção e consumo, ou seja, organização produtiva e mercado consumidor — se acham desarticulados entre si e não se integram um com o outro e por isso não se completam e mutuamente se amparam e es-

1. Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 5ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1957, p. 97, 213. A colonização não se orientara no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita.
2. *Idem*, *Ibidem* p. 119.

umulam”³. As relações do Brasil contemporâneo com as finanças internacionais e os interesses do imperialismo contribuíam decisivamente para manter a economia legada pela formação colonial, na qual a organização da produção atendia necessidades do mercado internacional e não da própria brasileira.⁴ No seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado (1942) desvendou justamente este impasse de contradição fundamental entre o vir a ser da nacionalidade e as relações sociais de dependência colonial.

O tema da nacionalidade, proposto como totalidade orgânica implicava deslindar as possibilidades de integração da massa da população no sistema produtivo do país. Dificuldade estrutural da sociedade brasileira, advinda do processo de colonização mercantil, decisivamente marcado por contingências materiais e sociais do meio geográfico, que lhe imprimiu características específicas.

Há em seu trabalho um desvendar sistemático de regionalismos e conjunturas específicas do processo colonizador, modificadas pelo meio geográfico, na sua temporalidade. A sua interpretação do movimento dialético dos meios de produção, devidamente localizados no processo de povoamento, abarcou mediações sociais específicas, conjunturais, regionais que revelaram potencialidades de mudança, conforme suas relações mais ou menos intensas, mais ou menos diretas de dependência e subordinação com a grande lavoura do litoral.

Uma contribuição fundamental na obra de Caio Prado Júnior é sem dúvida a elaboração do método, sua concretude, síntese, clareza, obra de construção complexa e polêmica, é muito sugestiva da postura independente do engajamento político do autor, do seu pioneirismo ao decifrar as possibilidades de adequação da dialética materialista ao contexto das contradições brasileiras, elaborado na sua especificidade, o que propunha um desafio fundamental de método. No plano mais amplo da historiografia marxista, a sua foi

3. Em *A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1966, p. 246, referia-se Caio Prado ao processo histórico de integração nacional como uma meta da militância política, processo ainda por vir: “a configuração de um país com sua população voltados essencialmente sobre si mesmos, e organizados econômica, social e politicamente, em função de suas próprias necessidades, interesses e aspirações”⁴.

4. *Idem, História Econômica do Brasil*, 12ª ed., S. Paulo, Brasiliense, 1970, p. 328.

em vários sentidos uma obra pioneira pelo grau de elaboração do processo dialético, cuidadosamente trabalhado na perspectiva histórica de análise das conjunturas regionais do Brasil. Por isso atingiu em 1942, justamente por conciliar a interpretação marxista com a diversidade nacional, um nível de concretude e de sofisticação do método, que somente vinte anos depois começou a encontrar similares nas obras de Pierre Vilar, Albert Soboul, Eric Hobsbawm e outros. O livro de Eric Williams⁵, publicado em 1943, ressentiu-se de um certo esquematismo conceitual usual na época —, que a obra de Caio Prado Júnior já ultrapassara.

Ainda imperava entre os marxistas um arcabouço conceitual e teórico da época stalinista, privilegiando a ortodoxia de esquemas abstratos para reforçar um determinismo econômico claro, central, uno e universal. Já em 1933, ousava Caio Prado Júnior, como um aspirante do partido comunista, sugerir mudanças no modo como se interpretava o processo histórico brasileiro. Contrariava a tese da linearidade das etapas de formação do capitalismo na Europa, ao afirmar que o feudalismo não deixara traço algum de relevo na formação histórica do Brasil.⁶ “A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu”⁷.

O incontestável predomínio da empresa capitalista da grande lavoura, absorvendo a pequena propriedade, impedia que rendeiros, pequenos proprietários de gleba e agregados chegassem a constituir uma classe social distinta. Desclassificados sociais, contidos pelas forças de dominação⁸ da sociedade colonial, não chegaram a se organizar economicamente, nem a reivindicar sua cidadania. *(Como reivindicar cidadania no Br. Colonial?)*

5. Eric Williams, *Capitalism and slavery*, University of North Carolina Press, 1943.

6. Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, s.d., p.13. “Podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa medieval”. (*ibidem*, 16 nota).

7. *Idem, Evolução Política do Brasil*, p. 16.

8. *Idem, ibidem*, p. 24. “Aqueles centros de irradiação correspondem sempre a um núcleo agrícola, às vezes minerador. Cada vez que se formou um destes núcleos, liga-se a eles imediatamente uma zona de criação destinada a abastecê-lo de gado e carne”, (*Ibidem.*)

Uma tensão estrutural básica inspirou o plano do livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, onde o autor descreveu dois núcleos opostos da sociedade colonial: o núcleo orgânico do sistema colonial de produção propriamente dito, localizado na grande lavoura escravista do litoral e sua periferia inorgânica, continuamente engrossada em número pelo crescimento vegetativo da população, que se espalhava pelo imenso território, propiciando o povoamento do interior do país e garantindo a sua articulação sempre na dependência da grande lavoura. "Daí a sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento, determinando nele uma mobilidade superior ainda à normal dos países novos"⁹. Nestes capítulos prepondera a leitura da desordem enquanto sentido fundamental da nossa história colonial. Ao identificar, nos setores marginalizados da população, as origens do futuro proletariado nacional, antecipou e trabalhou como pioneiro as teorias do subdesenvolvimento e da dependência interna.

As vicissitudes do inorgânico, as forças sociais de aparente fragmentação e subordinação da sociedade colonial aparecem como fulcro central de elaboração do autor – processo necessariamente árduo e difícil de formação da nacionalidade que nasce de um antagonismo básico.

Em inúmeras passagens de sua obra, a sugerir fatores de alienação no processo do capitalismo moderno, Caio Prado Júnior analisou as diferenças das colônias de povoamento e de exploração mercantil. As primeiras definiam forças de permanência e de equilíbrio que garantiam a sobrevivência e reprodução de seus habitantes, com os quais mantinha um pacto estável de mútuas correspondências. Já a Colônia comercial era, por definição, um local de especulação e de investimentos lucrativos, simples empresa destinada a fornecer matérias-primas e lucro para a Metrópole. Era uma iniciativa meramente produtora e industrial por oposição às sociedades oriundas de povoamento, de "caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida"¹⁰. Comparou a pobreza de nossa experiência política com a das colônias inglesas da América do Norte, "que separando-se da metrópole, criaram um sistema não só original de governo, mas que fez época e lançou um marco saliente na evolução política da

9. *Idem, Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 67.

10. *Idem, ibidem*, p. 25.

humanidade¹¹. No Brasil, após a Independência, foram adotadas as instituições artificiais da monarquia, copiadas dos europeus, estranhas às necessidades da sociedade brasileira.

O eixo fundamental de construção deste livro fica no plano essencialmente dialético de explicitação das forças de desagregação, de decomposição do sistema de um lado¹², acenando de outro para as possibilidades de transformação do sistema colonial e de potencialidade futura de superação eventual deste impasse do inorgânico.

O seu enfoque estrutural foi cuidadosamente delimitado numa conjuntura de época e de crise, localizada entre o final do século XVIII e a época da Independência. Esta mediação de tempo entre o presente do historiador e o passado colonial é também importante enquanto eixo de sua narrativa: correntes de povoamento, migrações internas, renascimento agrícola e refluxo da população do interior novamente para o litoral, a decadência da pecuária do Nordeste, substituída pela do Sul de Minas e pelo charque do Rio Grande do Sul; a conjuntura do povoamento do Centro-sul, que constituiu uma economia de abastecimento interno, básica no processo da independência. Em torno dele, definiu o tom engajado do trabalho, que consistiu justamente em elaborar as tensões históricas entre as formas sociais, de povoamento do interior e o condicionamento geográfico, que favoreceu a comunicação entre as áreas das diferentes colônias portuguesas do Brasil; as vicissitudes, enfim, da organização precária de sobrevivência da população brasileira, que crescia, a partir de uma contradição básica, de um núcleo de relações de dependência colonial, até constituir formas de vida social, que se apresentaram como possibilidades de transformação, que se projetavam para o futuro.

A perspectiva cronológica, mais o foco do autor no conjunto da sociedade brasileira possibilitou a execução de uma obra de interpretação dialética materialista, que fugiu de todo e qualquer esquematismo ou de um economicismo estrutural, mecanicista ou linear no tempo. Sua preocupação em descrever e definir a movi-

11. *Idem, ibidem*, p. 345 n.

12. "É deste tipo de organização em que se constituiu a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos, que as compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial" (Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 138).

mentação das partes (conjunturas regionais) no todo da formação da nacionalidade, no seu vir a ser problemático resultou numa manifestação magistral da tão propugnada história global, que desafia as forças dos historiadores, dedicados a reconstruir totalidades expressivas do passado.

Em cada um dos capítulos do livro, procurou sintetizar enquanto visão de conjunto momentos definidos do processo de povoamento, com sucessivas tomadas de síntese da formação da nacionalidade, tal como se apresentavam às vésperas da independência: a geografia da mestiçagem e do caldeamento das raças¹³, o estado em que se encontrava a distribuição dos índios, dos negros, os diversos e principais núcleos de lavoura de exportação, as principais áreas de lavoura de subsistência, a paisagem da mandioca, do milho, o conjunto das vias de comunicação e sua articulação entre si. Pode-se dizer que o historiador persegue a diversidade das formas sociais específicas como princípio norteador de conceituação do seu trabalho: remontar ao passado, devassar o vir a ser das formações sociais do Brasil tanto nas relações de dependência internacional, quanto e sobretudo, no seu contexto nacional, interiorizadas nas subordinções regionais. Como marxista, procurou as diversidades específicas do processo brasileiro de colonização e formação da sociedade, em suas origens históricas, para melhor indicar um programa de ação para o futuro.

O estilo do historiador adere criteriosamente a esta inspiração básica que busca uma explicação descritiva da variedade das formações sociais da colônia. Existe a preocupação de descrever tensões, forças em movimentação no processo de suas contradições. Esta movimentação se expressa em temporalidades específicas, conjunturais. A própria grande lavoura se deslocava em ciclos de prosperidade e estagnação¹⁴, desdobrando-se no espaço e redefinindo no contexto do povoamento as conjunturas de sua evolução. Existiam formas intermediárias, mais modestas e menos típicas, do que a grande lavoura do açúcar. Foi o caso da lavoura do algodão, do fumo, do arroz.¹⁵

A escravidão enquanto organização do trabalho adquiria especificidades no decorrer da colonização. Assumia características

13. *Idem, Formação, op. cit.* p. 107-110, 137-150 (grande lavoura), 153-157 (subsistência), 160-161 (milho), 235-253 (estradas).

14. *Idem, História Econômica do Brasil, op. cit.*, cap. 23.

15. *Idem, Formação, op. cit.*, p. 142, 147.

diferenciadas conforme a época e a região, tomando feições mais brandas onde a exploração capitalista era menos intensa, tipificando crises de prosperidade ou de estagnação. Apresentava peculiaridades mais brutais nas áreas novas de mineração ou em zonas de povoamento mais recente, como na lavoura do algodão no Maranhão ou na indústria do charque no Rio Grande do Sul.

Também o patriarcalismo adotou aspectos diversificados e típicos do meio social da colônia. Adquiriu feições distintas das formas que apresentavam na Península Ibérica. Assumia novas características, conforme as especificidades regionais da grande lavoura no Brasil. Era mais hierarquizado nas áreas de açúcar de Bahia e Pernambuco. Aparecia abrandado no sertão da pecuária, onde existiam menos escravos, menor desigualdade social. Nas áreas mineradoras, encontrava sua especificidade, caracterizando-se por uma maior fluidez social. Nas regiões do Sul de Minas, onde a pecuária esboçou o mercado de abastecimento interno, apresentou características sociais mais niveladas e "democráticas".

A busca da diversidade regional consistia numa proposta interpretativa das tendências e tensões das forças geográficas e econômicas da colônia. Caio Prado aderiu aos fatores de diversificação e procurava definir relações sociais específicas do meio. O seu estilo muito concreto era seco, conciso, pormenorizado. Comprazia-se em descrever a paisagem, com os olhos de conhecedor. Pressente-se o homem viajado, que percorreu pessoalmente, desde muito jovem cada uma das regiões do Brasil. Tomava como ponto de referência, por vezes, a paisagem descortinada de um automóvel, espantando as boiadas do sertão nordestino: "Porque ela ainda aí está, idêntica ao passado, nestas boiadas que no presente como ontem palmilham o país, tangidas pelas estradas e cobrindo no seu passado lerdo as distâncias imensas que separam o Brasil; realizando o que só o aeroplano conseguiu em nossos dias repetir: proeza de ignorar o espaço. Há séculos esta cena diuturna se mantém em todo país; e neste longo decurso de tempo não se alterou: as mesmas boiadas que seu primeiro cronista (Antonil) descreve com tão vivas cores, poderiam ressurgir hoje a atravancarem as estradas para maior desespero dos automobilistas: estes não notariam a diferença".¹⁶

16. *Idem, ibidem*, p. 182.

Ao tratar das estradas do Brasil colonial, corria as observações pessoais dos viajantes, com os quais se identificava. "Martius poderá vê-las (os mares do Sul) na Bahia, tocadas ao longo do S. Francisco e deprimidas pela longa viagem".¹⁷ Infundia ao texto a vida da narrativa do visual e do tempo, colorida pelas citações das fontes e pelo ponto de referência da perspectiva pessoal do historiador. Opunha e confrontava dados comparando momentos e regiões diferentes, acumulando pormenores das fontes, construindo minuciosamente a narrativa.

Ao amor da paisagem com que o historiador se identificava pela lembrança, crescia a vocação trabalhada pelos estudos de geógrafo, que conviveu com Deffontaines e sabia integrar as formas sociais na paisagem. O contato com os franceses dos *Annales* - Fernand Braudel, Arbrousse Bastide, Roger Bastide, Pierre Monbeig, nos primeiros anos após a fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo - teria certamente contribuído para tornar mais concreta esta busca da diversidade do espaço e do tempo, na sua elaboração marxista da história. A interpretação geográfica tão marcante em sua obra contribuiu¹⁸ decisivamente para a habilidade com que descrevia mediações sociais. Também foi um dos seus recursos para assinalar as formas intermediárias que o sistema colonial foi adquirindo no processo de povoamento. O seu estilo fazia uma ponte entre a geografia e a história social a partir da qual forjava sua narrativa histórica da sociedade do povoamento.

Predominava nesta documentação minuciosa de informações específicas a ênfase no sentido normativo da grande lavoura, como organização básica da produção; por vezes, carregava mesmo as cores com que descrevia a estrutura das relações sociais de modo a sugerir uma necessidade fundamental, a causa última determinante¹⁹, para explicitar as relações de dependência interna, tal como surgiram e perduraram no presente, concretizadas em suas especificidades regionais.

É importante no livro o modo como o historiador apreendeu o processo de desestruturação do sistema colonial e o caráter predatório do seu deslocamento no espaço: "esta evolução por arranços, por ciclos em que se alternam, no tempo e no espaço, prospe-

17. *Idem, ibidem*, p. 253, 245.

18. Francisco Iglésias, org. Caio Prado Júnior, São Paulo, Ática, 1982.

19. Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 182.

ridade e ruína e que resume a história econômica do Brasil colonial. As repercussões sociais de uma tal história foram nefastas; em cada fase descendente, desfaz-se um pedaço da estrutura colonial, desagrega-se a parte da sociedade atingida pela crise. Um número mais ou menos avultado de indivíduos inutiliza-se, perde suas raízes e base vital de subsistência. Passará então a vegetar fora da ordem social".²⁰ Nunca perdia de vista as ligações com o sistema capitalista internacional, por um lado e, por outro, a relação de complementaridade e subordinação com o mercado interno, visto enquanto virtualidade de uma futura integração nacional.

É interessante que aborde o processo de formação da nacionalidade como marginal ao processo produtivo e enquanto marginal, sob o ponto de vista da formação das classes sociais, fator de desagregação do sistema colonial. "Em nenhuma época ou lugar se torna mais catastrófico e atinge mais profunda e intensamente a colônia, que no momento preciso em que abordamos a nossa história e nos distritos da mineração. Vamos encontrar aí um número considerável destes indivíduos desamparados, evidentemente deslocados, para quem não existe o dia de amanhã, sem ocupação normal fixa e decentemente remuneradora; ou desocupados inteiramente, alternando o recurso à caridade com o crime. O vadio na sua expressão mais pura."²¹

O principal tema do historiador consistiu justamente, (por oposição à grande empresa colonial²²) no inorgânico, enquanto origem das classes trabalhadoras e fator da futura nacionalidade. Incompleta, é verdade, pois mesmo após a Independência, o Brasil continuava "aquela mesma colônia visceralmente ligada (já não falo de sua subordinação política e administrativa), à economia da Europa; simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio. Empresa de colonos brancos acionada pelo braço de raças estra-

20. *Idem, Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 284. "Afluem então para o interior levas e levas de povoadores. Alguns são colonos novos que vêm diretamente da Europa; outros os escravos trazidos da África. Muitos porém acorrem dos estabelecimentos agrícolas do litoral, que sofrem consideravelmente desta sangria de gente e cabedais. É este um período sombrio para a agricultura litorânea, que assiste então ao encerramento do seu primeiro ciclo de prosperidade, tão brilhante até aquela data. Terras abandonadas, engenhos em ruínas; a vida cessara af quase, para renascer, vigorosa e pujante, no eldorado das minas".²¹

21. *Idem, ibidem*, p. 284.

22. *Idem, ibidem*, p. 67.

nhas, dominadas, mas ainda não fundidas na sociedade colonial".²³

Desordem e subordinação constituem o assunto mais importante do autor ao elaborar as contradições da dependência colonial e os obstáculos que esta dependência opunha à transformação da colônia em nação. "No alvorecer do século dezanove, a massa da população brasileira ainda é constituída por escravos ou recém-egressos da escravidão, ou então, por indivíduos deslocados, sem posição econômica e social definida e fixa; essencialmente instáveis".²⁴

A grande lavoura escravista, enquanto fator estável e orgânico do sistema colonial concentrou a renda nas mãos de uns poucos, marginalizando a maioria da população, que vegetava, fora do sistema de produção. A formação do inorgânico conduziu a uma série de impasses estruturais, que se repetiram ao longo de nossa história, enquanto fragmentação e dificuldades de articulação sócio-econômica. Expulsos das áreas de grande lavoura, agregados e pequenos rendeiros refugiaram-se no sertão da pecuária. Vegetavam junto às áreas mais pobres, cultivando para seu consumo, sem gerar uma organização econômica significativa. Também assomavam como os descontentes urbanos ou rurais, nos motins do sertão ou nas revoltas locais, fruto das crises de prosperidade e dos momentos mais críticos do abastecimento e de carestia dos gêneros de primeira necessidade. Mas permaneciam limitados aos regionalismos e aos localismos dos conflitos raciais e sociais nativistas, à margem do determinante, sempre em última análise frustrados em suas necessidades e sem nenhuma articulação política.

Incapazes de articulação, enquanto categoria desclassificada, sem elos com a produção, sem gerar formas próprias que lhes permitissem definir-se enquanto classe social propriamente dita. Circunscritos aos desordeiros, ao banditismo, à violência esporádica e fragmentada, o seu papel seria antes destrutivo da antiga ordem social da grande lavoura, do que construtivo de formas alternativas, que pudessem contribuir para a formação da nacionalidade, de modo mais estável, mais orgânico.²⁵ "Raças arrebanha-

23. *Idem, ibidem*, p. 120.

24. *Idem, ibidem*, p. 119.

25. Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil*, op. cit.

das à força e incorporadas pela violência na colonização sem que para isto se lhes dispensasse o menor preparo e educação para o convívio em uma sociedade tão estranha a ela".²⁶

É isto em suma o que o observador encontrará de essencial na sociedade da Colônia: "de um lado, uma organização estéril, no que diz respeito a relações sociais de nível superior; doutro, um estado, ou antes um processo de desagregação mais ou menos adiantado, conforme o caso, resultante ou reflexo do primeiro e que se alastra progressivamente."²⁷

Neste sentido, o livro termina num impasse. As forças de organização da nação não tinham ainda encontrado uma forma de expressão social, ficando postergadas para um dia no futuro remoto.

Sociedade e nação encontravam-se drasticamente desarticuladas no processo de colonização do Brasil. E não chegara ainda o momento de superação deste impasse profundo. No momento de crise dos finais do século XVIII e início do século XIX, um só fator de envergadura fundamental – a transferência da Corte – pôdia ser apontado. Outros viriam com o tempo, marcando decisivamente a formação das classes trabalhadoras no Brasil. Foi o caso da extinção do Tráfico em 1850, do trabalho servil em 1888, da imigração estrangeira e da prosperidade comercial e financeira, que acompanhou o enriquecimento da burguesia nacional.²⁸ A economia cafeeira, entretanto provocou o encarecimento e a carestia de gêneros alimentícios, que passaram a ser importados. O entrosamento do Brasil na economia internacional, que a Independência impulsionou²⁹, custaria imenso sacrifício da população brasileira.

A Independência em si foi um fator secundário, imposto por circunstâncias que vêm de fora da sociedade brasileira e que nela institua, por intermédio de uma classe dominante, a dos proprietários rurais, um sistema político estranho ao conjunto da sociedade brasileira, como de resto o era a própria monarquia portuguesa. Na Metrópole, tratava-se de uma instituição exótica com relação à nacionalidade portuguesa, entendida no seu sentido or-

26. *Idem, Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 340.

27. *Idem, ibidem*, p. 343.

28. *Idem, Evolução Política do Brasil*, p. 80.

29. *Idem, ibidem*.

gânico.³⁰ "Os usufrutuários do Império são o Rei e sua Corte que ele mesmo constitui e com quem reparte os seus proveitos; não a nação portuguesa, que só indiretamente se beneficiava das possessões imensas da monarquia".³¹

No mais, a tramitação da emancipação política contribuiu para acentuar as contradições já bem aparentes da sociedade colonial, a agravar a tendência para a anarquia, porém nada trouxe de mais importante³². A persistência do papel privilegiado dos negociantes portugueses no decorrer do século XIX no Norte, mas principalmente, em Recife, Salvador e no Rio de Janeiro foi um fenômeno significativo desta continuidade do sistema colonial, que permaneceu inabalado. A imigração portuguesa e a experiência de fazer fortuna no Brasil, culminando com a eventual volta a Portugal ou com a remessa dos capitais acumulados no Brasil foram sintomas desta continuidade, que reforçava a tese de Caio Prado Júnior da emancipação como momento de mero e repetitivo impasse das forças sociais no Brasil³³.

Da mesma forma, em 1888, a Abolição ao libertar os escravos "não significaria mais em si e por si do que uma modificação do estatuto jurídico e nominal do trabalhador, pois em nada modificou a organização fundamental do país, de que o trabalho escravo não é senão um dos aspectos, que abolido, se substituiu por outro que continuou, com pouca diferença, mantendo o trabalhador e portanto a massa da população naquele nível ínfimo de existência".³⁴

Também se referia ao impasse do processo de industrialização do país no século atual como ilustrativa desta continuidade do sistema colonial.³⁵ Nenhuma política educacional, destinada a ci-

30. Karl Marx, "Le manifeste communiste", *Ouvres*, V. 1, Économie, Paris, Gallimard, 1965. Coll. Pleiade, 180 e 1582: "Le proletariat doit tout d'abord s'emparer du pouvoir politique, s'ériger en classe nationale, se constituer lui-même en tant que nation. Par cet acte, il est, sans doute, encore nationale, mais nullement au sens de la bourgeoisie".

31. Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 361.

32. "Não é somente nisso que se assinala a persistência do regime político anterior, embora sob vestimenta nacional; é o prolongamento de uma situação política e institucional de conjunto, que só se modificará de uma forma substancial em período muito adiantado da evolução nacional do país". *Idem, ibidem*, p. 345 n.

33. *Idem, ibidem*, p. 234 n.

34. *Idem, ibidem*, p. 119 n.

35. *Idem, História Econômica do Brasil*, p. 323.

vilizar e a promover as luzes da população analfabeta, seria capaz de romper este obstáculo estrutural, que mantinha a dependência, impedindo a renovação do país.³⁶

Ao apontar estes sucessivos impasses o seu principal objetivo era sempre o de chamar a atenção para a estrutura fundamental: "É assim nas contradições profundas do sistema colonial, donde brotam aqueles conflitos que agitam a sociedade e donde brotará também a síntese delas, que porá termo a tais conflitos, fazendo surgir um novo sistema em substituição ao anterior; é aí que encontraremos as forças motoras, que renovarão os quadros econômicos e sociais da colônia".³⁷

As perspectivas de superação deste impasse só apareceram na sociedade colonial, em conjunturas de transição ou de gestação de formas intermediárias da grande lavoura escravista, onde as relações de produção pareciam mais frouxas ou desorganizadas, permitindo uma maior aproximação nas relações de trabalho, por oposição ao escravismo do litoral. Sem perder de vista a estrutura produtiva fundamental, elaborou nos meandros das suas contradições a dialética das forças de negação, de antagonismo, de oposição, que acenavam justamente para a construção da nacionalidade.

É o que o levou a construir seu livro a Formação do Brasil Contemporâneo sobre dois eixos principais interrelacionados numa relação permanente de oposição estrutural, porém bastante distintos quanto ao conteúdo formal e à elaboração de suas especificidades: o eixo da dependência colonial, conduzindo à tese da anomia dos oprimidos e sua incapacidade de articulação política, foi elaborado nos capítulos *sentido da colonização, grande lavoura, mineração, organização social, administração e organização social e política*. Neles o historiador aprofundou as contradições do sistema produtivo enquanto pólo do sistema capitalista internacional. É representativo deste eixo o último capítulo *Organização social e política*, onde analisou as forças de decomposição do sistema e a anomia, que ameaçava os setores marginalizados. É de certa forma um balanço final ou uma síntese das forças de contradição do sistema abordadas no livro inteiro.

36. *Idem, Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 136.

37. *Idem, ibidem*, p. 365.

O outro eixo de elaboração desta obra diz respeito à formação da nacionalidade brasileira, às relações de dependência interna, às dificuldades de vir a ser do inorgânico. São os capítulos sobre *correntes de povoamento, raças, lavouras de subsistência, pecuária e vias de comunicação e transporte*, pois elaboram a gestão de mediações sociais com possibilidades de transformar o país: articulação do povoamento, do caldeamento das raças, formação do território nacional; sistema de comunicação e de estradas internas e de potencialidade do mercado interno de reorganização da sociedade. O nacional assume uma conotação econômica, a eventual satisfação das necessidades básicas de um povo e, portanto, se refere a uma futura organização de produção que, em aberta oposição ao sistema da Colônia, teria por finalidade precípua o bem-estar da população brasileira.

Virtualidades do devir que o historiador trabalha na sua expressão geográfica e econômica, enquanto formas sociais do povoamento, de constituição, na fase colonial, da infra-estrutura material da nacionalidade futura, porém formas sociais em impasse, sempre estruturalmente limitadas por uma relação fundamental de dependência e de subordinação.

O autor procurou documentar as forças geradoras da nacionalidade através de um certo regionalismo, que foi enfatizando em seu livro, descrito em função das possibilidades de formação de um mercado interno e de uma burguesia propriamente nacional, enraizada na região do centro-sul do Brasil, após o deslocamento demográfico provocado pela decadência da mineração.

Trata-se, antes de tudo, de um processo que se traduz na apreensão de uma tendência, de um esboço de práticas e fatos que apontavam para a possibilidade de sua realização num futuro remoto: a ocupação do território nacional e sua articulação interna num sistema de comunicações, que tornaram possível atividades de abastecimento interno.

Foi o que desenvolveu inicialmente no capítulo sobre *Pecuária e Vias de transporte e comunicação*, ponto culminante desta parte central do livro. São as páginas melhor escritas de sua obra, onde documenta a tendência histórica para a unidade nacional. São passagens cheias de esperança nas forças de vir a ser da integridade nacional, descritas neste capítulo do modo mais característico do estilo do historiador: minucioso, concreto, essencialmente

dinâmico, porém, extremamente sucinto, a sugerir articulações e determinismos geográficos.

Neste capítulo o autor analisou as forças geográficas, que tendiam a demarcar áreas do interior e facilitar a comunicação para um mercado nacional em elaboração. Documentou a tendência das comunicações a convergirem para o interior do continente, através dos rios, incentivando a navegação fluvial. Esta tinha na colônia um custo mais baixo do que as vias terrestres, apesar disso era desfavorecida pela administração portuguesa, que preferia desenvolver contatos com os portos marítimos; entretanto, em fins do século XVIII, o povoamento convergia para eixos internos, através dos rios Araguaia, Tocantins e Xingu, que puxavam as comunicações de Mato Grosso e Goiás em direção ao Pará, integrador geográfico natural do povoamento do interior.

Ao enfatizar a confluência para o interior, como tendência espontânea que se delineava, ressaltava a importância do fator geográfico da nacionalidade: a consolidação de um processo favorecido por contingências geográficas do território nacional. "A utilização dos grandes afluentes da margem esquerda do Amazonas fecharia os circuitos. E é este o resultado para que tendia a evolução das comunicações brasileiras".³⁸

Tratava-se de um processo nacional de integração já nitidamente encaminhado: "o estabelecimento de um sistema geral de comunicações internas aparece em princípios do séc. XIX como uma tendência muito nítida".³⁹ Seria impulsionado pela administração dos fins do século XVIII, em seguida intensificado pela vinda da Corte, sendo porém, drasticamente interrompido, em meados do século XIX, pelo advento do progresso material, desencadeado pela entrada de capitais estrangeiros. A introdução da navegação a vapor, forçou o abandono das vias fluviais internas e a retomada dos caminhos terrestres, que ligavam o interior com a Corte, a Bahia, Pernambuco, portos exportadores e focos de penetração do capitalismo industrial.

Uma frase nostálgica, muito significativa do sentido fundamental desta obra encerra o capítulo: "Não chegou ainda a hora de rearmos uma tradição e uma tendência, de tão grande alcance para a nacionalidade e que o progresso veio tão paradoxalmente

38. *Idem, ibidem*, p. 262-3.

39. *Idem, ibidem*, p. 262.

abafar".⁴⁰ Foi o seu modo de assinalar uma drástica antítese entre este desenvolvimento autônomo voltado para o interior do Brasil e os pólos de atração do litoral impostos pela economia de exportação e pelos capitais ingleses, após a abertura dos portos. "No correr do séc. XIX, esta tendência para a formação de um sistema de comunicações internas será decididamente desbancada pela introdução da navegação a vapor. A via de cabotagem voltará a ser a articulação geral única do território brasileiro, e retornará ao primitivo sistema do início da colonização: uma via marítima, espinha dorsal das comunicações do país, em que se vêm articular as vias de comunicação perpendiculares ao litoral, desligadas inteiramente uma das outras. Fragmenta-se assim novamente a estrutura territorial brasileira, embora com menos gravidade que no passado, pois a navegação a vapor viera já substituir as precárias comunicações marítimas de então. Mas a obra de cimentação interior, obra de longo passado colonial fora interrompida".⁴¹

A administração portuguesa enquanto supra-estrutura do sistema colonial dificultava, quando não proibia, as comunicações entre uma capitania e outra pelo interior. Seria este em parte o papel do fisco no Brasil, onerando de tal maneira o comércio interno que tornou proibitivas ou anti-econômicas as comunicações entre uma parte e outra da colônia. Somente se abriam exceções durante crises agudas de abastecimento: as crises de prosperidade da grande lavoura sobretudo em Pernambuco e Bahia, nos momentos de secas periódicas. Nestas ocasiões, o Sul de Minas, ou o charque do Rio Grande do Sul, abastecia Salvador ou Recife e mesmo Pará e Maranhão. Em nota sobre o "Roteiro anônimo do Maranhão", a propósito da pecuária no Piauí, Caio Prado discutiu a necessidade de abrir comunicações terrestres entre as duas capitânicas do Norte para facilitar o entrosamento com a pecuária do sertão, o que nunca chegou a concretizar-se, pois logo veio a preponderar o abastecimento por via marítima.⁴²

As sementes de elaboração da nacionalidade foram por ele detectadas na organização do mercado interno, no povoamento do interior do sertão, mas sobretudo e, mais especificamente, no sistema de abastecimento interno da mineração, que possibilitou

40. *Idem, ibidem*, p. 263.

41. Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 263. *História Econômica do Brasil*, p. 194, 197, 258, 275.

42. *Idem, Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 206 n.

o aparecimento de formas sociais intermediárias, menos organizadas que a grande lavoura do litoral, incentivando relações de trabalho mais integradas. "A superioridade técnica da pecuária mineira, em comparação com a do sertão nordestino, incentivou o acúmulo de mais capitais e, pois, o emprego de escravos. A produção da pecuária do Sul de Minas facilitou uma organização de trabalho mais complexa, porém fundamentalmente diferente da grande lavoura do litoral e da mineração. A economia do mercado interno propiciou uma colaboração mais íntima entre proprietários e trabalhadores, aproximando as classes por um trabalho comum".⁴³ Continuava dependente do sistema da grande lavoura, e atrelado a esta, porém capaz de transformar-se apresentando outras características de relação sociais de trabalho. Escravista, como a grande lavoura ou a mineração porém com aspectos diferenciados e sobretudo mais democráticos, no sentido de apresentar uma distância social menor entre proprietários raramente ausentes e seus escravos. Ao passo que também oferecia oportunidades de acumular capitais e de formar fortunas. "O que se dá em Minas, e que chocará o observador é que tais atividades secundárias, por circunstâncias especiais (a excelência das condições naturais e um bom mercado próximo, como são os centros mineiros e o Rio de Janeiro) tomam vulto, adquirem certa importância que as atividades paralelas de outros lugares não lograram alcançar. E daí vemos grandes proprietários, legítimos fazendeiros, senhores de numerosa escravaria descerem do pedestal em que se colocam os demais privilegiados da Colônia, senhores de engenho ou mineradores".⁴⁴

Também importantes como características intermediárias, seria a organização das empresas de transporte dos muare, que, do Prata e do Rio Grande do Sul, através do caminho terrestre para São Paulo, se distribuía por toda a Colônia, principalmente para o Centro-sul. Mais de 30 mil bestas eram anualmente negociadas na grande feira de Sorocaba.⁴⁵ Foram significativos como centros organizadores do transporte para o Centro-sul, para Goiás e Mato Grosso, as vilas de Jundiá, Campinas e Mogi Mirim.⁴⁶ Em Franca, por outro lado, a população adventícia reproduzia a pecuária e

43. *Idem, ibidem*, p. 196.

44. *Idem, ibidem*, p. 197.

45. *Idem, ibidem*, p. 252-3.

46. *Idem, ibidem*, p. 261.

a criação de porcos, no mesmo feitiço do Sul de Minas.⁴⁷ Caio Prado Júnior, assim, apontou o início do processo de integração do Centro-sul, que depois veio a consumir-se, enquanto mercado de abastecimento do Rio de Janeiro (1808-1868) até que o impacto da estrada de ferro veio transformá-lo por completo.

Deste modo, em torno do mercado interno se organizava a integração econômica e social do Centro-sul, a partir de correntes de povoamento deslocadas das áreas de mineração.⁴⁸ Predominavam nesta economia regional empresas organizadas com escravos e capitais de vulto. Era o caso das tropas de muars que faziam o transporte terrestre da Colônia, incluindo o abastecimento da grande lavoura do litoral, a que se subordinava em última instância. Além das tropas de muars, havia também os comboios de escravos e as boiadas, que compunham o mercado de abastecimento interno. Os tropeiros eram por vezes homens de recursos e senhores de muitas tropas. Assim como os proprietários de boiadas do Sul de Minas, que se enriqueciam abastecendo a Corte, fornecendo as vezes 5 a 6 mil cabeças por ano.⁴⁹ Estas atividades se confundiam com a redistribuição de escravos e com a organização dos seus comboios, o que aumentava bastante a lucratividade dos empresários do mercado interno.

Interessante a motivação pessoal do historiador que neste ponto fundamental de sua obra, onde trabalha o tema da integração do mercado interno e de sua influência na formação da nacionalidade, se inspirou nas atividades de seu avô Antonio da Silva Prado, Barão de Iguape, a quem pensou inicialmente em dedicar o livro. O surgimento de uma burguesia nacional, localizada no Centro-sul do país, no início do século passado, teria exercido papel importante no desenvolvimento de formas intermediárias de empresas. Capitalistas, em certa medida, escravistas, eram subordinadas ao sistema colonial; tinham, entretanto, um papel amenizador da desordem, pois também forneciam emprego a muitos homens livres pobres que, deste modo, se integravam no processo de construção da sociedade nacional. Estas sementes de gestação da nacionalidade propiciavam formas sociais peculiares e diferenciadas. O processo de articulação e de comunicação entre as di-

47. *Idem, ibidem*, p. 194-198.

48. *Idem, ibidem*, p. 69-75.

49. *Idem, ibidem*, p. 197.

ferentes regiões do Brasil – do Centro-sul com o Norte e Nordeste do país, – incentivava a economia de subsistência, que se desenvolvia em função do abastecimento dos principais centros urbanos, mas também ao longo e em função das vias de comunicação, onde se concentravam em torno dos ranchos e vendas de beira da estrada.⁵⁰

Tiveram papel importante, se bem que incipiente, numa fase anterior do Brasil colonial, as grandes vias do sertão do Nordeste. Os caminhos das boiadas do sertão pernambucano e da Bahia, que abasteciam as lavouras do litoral, desempenharam um papel social decisivo no processo de formação da futura nacionalidade, pois ao longo delas se processou o caldeamento das raças, dando origem ao sertanejo nordestino: “Elas articulam o sertão e ligam intimamente as populações aí estabelecidas; permitem-lhes estes deslocamentos e migrações em massa, tão freqüentes por ocasião das secas periódicas em que os sertanejos refluem para os pontos menos atingidos, regressando mais tarde com as primeiras chuvas. As vias de comunicação descritas contribuem para caldear e fundir todos os elementos díspares que entram na composição da população sertaneja e que, provindas originalmente de pontos diversos e largamente afastados, se foram aos poucos comunicando e pondo-se em contato. As estradas que vimos marcam na carta as grandes linhas ao longo das quais se desenvolveu tal processo de caldeamento e fusão, do qual resultaria um tipo étnico, que embora oriundo de raças distintas e variando consideravelmente de um para outro indivíduo, guarda contudo no conjunto, uma unidade inconfundível que se marca dentro da própria população brasileira”.⁵¹ O estudo do processo de integração nacional foi justamente o que o levou a abordar as mediações sociais e descrever as diferenças regionais, que se opunham à organização da grande lavoura, a diversificavam e diferenciavam.

Tanto as mediações sociais do inorgânico, quanto o mercado interno foram vistos como parte desta dependência estrutural com relação à grande lavoura e ao capitalismo mercantil. Para ele, a elaboração das mediações e das peculiaridades de formas sociais, regionais, tinha um sentido político, pois ao desvendar da forma mais concreta possível as variantes da grande lavoura colonial

50. *Idem, ibidem*, p. 261.

51. *Idem, ibidem*, p. 241.

melhor podia destacar as possibilidades de sua desestruturação e de superação dos laços internos de dependência. Dependência que perdurou na sociedade brasileira do Império em suas várias conjunturas regionais.

Ao estudá-las, o historiador jamais apelou para processos evolutivos necessariamente lineares, como etapas do feudalismo em sua transição para o capitalismo, etapas que se imporiam como necessárias na sucessão de um tempo pré-marcado. Esta polêmica, transposta para o panorama da formação histórica do Brasil, deturpava o foco da questão fundamental da dependência, desenvolvido por Caio Prado Júnior nas suas mediações internas. As formas intermediárias, subordinadas porém diferenciadas da grande lavoura do litoral e suas potencialidades, pareciam um caminho inicial de transformação da sociedade colonial.

Enquanto historiador, foi pioneiro no modo vigoroso e globalizante como elaborou em sua obra as interrelações entre infra e supra-estrutura, que veio a ser, na década de sessenta, um dos núcleos mais renovadores de elaboração da historiografia marxista. Uma das feições do seu método de interpretação da dialética marxista, consistiu no modo de trabalhar a mediação entre o econômico *latu sensu* e as formações sociais e políticas do sistema colonial. Tinha como meta principal de seu livro analisar o "conjunto de caracteres e elementos econômicos, sociais e políticos que constituem a obra aqui realizada pela colonização e que resultaram no Brasil".⁵² É sugestiva esta totalidade que o historiador se propõe abarcar e que descarta qualquer vezo de interpretação economicista, pois almeja o arcabouço social sem dissociar o econômico do social, do político, do psicológico, da mentalidade. É o que elaborou em sua obra de historiador sempre implicado contra vezos acadêmicos, fragmentos, parcialidades, nem a escravidão propriamente dita podia ser apontada como fator básico de constituição das classes na sociedade colonial⁵³, nem as relações administrativas e políticas com a Metrópole. Estas apenas reforça-

52. *Idem, ibidem*, p. 358.

53. *Idem, ibidem*, p. 119 n. "O que mantinha a massa da população brasileira naquele grau ínfimo de existência material e em consequência moral, que era o seu, não era somente a escravidão, mas antes a organização fundamental do país, de que o trabalho escravo não é senão um dos aspectos, que abolido, se substitui por outro que continuou, com pouca diferença, mantendo o trabalhador e portanto a massa da população naquele nível ínfimo de existência."

ram e consolidaram as relações de dependência na formação do Brasil colonial, determinadas pela grande lavoura em suas múltiplas mediações econômicas, sociais e políticas, enquanto movimentação das partes no todo, sempre necessariamente interligadas.⁵⁴

Quis elucidar esta articulação fundamental para o estudo da sociedade brasileira, em toda sua complexidade, como construção de um processo único e global. É como descreveu a crise colonial dos fins do século XVIII: "...a infra-estrutura econômica forjada pela colonização acabou por se tornar insuficiente para manter a estrutura social que sobre ela se constituía e desenvolvera; e a isto se chegou sem que fosse preciso a intervenção de fatores estranhos, mas pelo simples desdobramento natural do processo da colonização".⁵⁵

Os efeitos desmoralizantes da escravidão, instituição lucrativa de organização da mão-de-obra, reduziu a população quase a sua força bruta, a laços sociais em última instância, precários, rudes e primários.⁵⁶ "Primário no sentido em que não se destacam do terreno puramente material em que se formam; - evidenciavam a ausência quase completa de superestrutura, dir-se-ia, para empregar uma expressão que já se vulgarizou."⁵⁷

Cuidou de elaborar os conceitos marxistas da forma mais concreta possível, de explicitá-los no seu próprio devir dialético sem falsear a interpretação deste processo com posturas ou deslizes teorizantes e, a seu ver, idealistas. Muitas vezes o fato histórico custava a se tornar inteligível para o historiador, pois se compunha de aglomerados de forças, com tendências, movimentos, tensões. Na historiografia tradicional, o fato histórico entretanto se confundia com uma idealidade abstrata, contadas e colecionadas como "histórias da carochinha"⁵⁸. Na sua obra, evitava o político

54. "É deste tipo de organização em que se constituiu a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país; a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial", Caio Prado Júnior, *op. cit.*, p. 138.

55. *Idem, ibidem*, p. 358.

56. *Idem, ibidem*, p. 341.

57. *Idem, ibidem*, p. 341.

58. "Os fatos históricos são infelizmente mais complexos que este gênero fácil e suave de explicação, tipo conto da carochinha, em que se deleitam muitos historiadores." *Idem, ibidem*, p. 363.

desvinculado do seu processo fundamental, preferindo pormenorizar as mútuas interações das várias ordens de "fatos". Ao trabalhar, por exemplo, o assunto da articulação geográfica do mercado interno, levava em conta além das necessidades básicas de abastecimento, a interação de outros fatores de ordem cultural, da tradição, dos costumes e a própria consciência nacional, a seu ver já existente na Colônia, que consumiria um dia a obra de uma futura unidade nacional: "Há ainda que levar em conta uma certa uniformidade de 'atitudes', empreguemos esta expressão ampla, que identifica o conjunto da colônia e suas várias partes. Uniformidade de sentimentos, de usos, de crenças, de língua. De cultura, numa palavra. Ela serviria e de fato serviu de base moral e psicológica para a formação do Brasil como nação e lhe proporcionou a unidade nacional, já realizada na geografia e na tradição. Mas neste sentido, ela se afirmará posteriormente em oposição à Metrópole e mais tarde às outras nações estrangeiras. É antes um fato político, e não traz no momento e no assunto particular que nos ocupa contribuição apreciável para a trama da sociedade colonial."⁵⁹, não perdia tempo com jargão teórico e nem parecia se importar demais com as palavras: "organização, cultura, nação seja qual for o termo que se quiser empregar".⁶⁰

Preocupava-se em concretizar a formação econômica, material e geográfica da futura nacionalidade. Era preciso esperar o decurso de um processo contraditório, eminentemente econômico e social para apreender a supra-estrutura, sem deturpar a interpretação do processo histórico. "Dubiedade e incerteza que está nos próprios fatos e que nenhum artifício de explicação histórica pode desfazer. Os fatos claros em seu conjunto e definidos só vêm em seguida, quando tais situações amadurecem. Inútil procurá-los antes, torcendo os acontecimentos ao gosto particular do observador. E mesmo depois daqueles primeiros fatos decisivos, quanto não decorrerá até que o processo se complete inteiramente com a solução de todas as contradições, para se repetir e renovar noutras que se vão formando e surgem incessantemente?"⁶¹

Em sua primeira obra, *Evolução Política do Brasil*, escrita em 1933, permaneceu num plano mais formal da dialética materialista: estudou os conflitos e a oposição de interesses de classe,

59. *Idem, ibidem*, 345.

60. *Idem, ibidem*, p. 87.

61. *Idem, ibidem*, p. 369.

mais do que as possibilidades de superação do impasse do inorgânico. Para melhor desvendá-las, quis concentrar-se no processo histórico das formações sócio-econômicas. O político posto em xeque pelo historiador como ainda prematuro, indefinido, postergado, somente aflora na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, no capítulo final, como contraponto ao método dialético. Em seu primeiro livro, *Evolução Política do Brasil* trabalhou a consciência de classe no processo político brasileiro. No segundo *Formação do Brasil Contemporâneo*, quis privilegiar os fundamentos econômicos e sociais da formação nacional, de onde certas passagens sobre a Independência em que atribui pouca importância ao superestrutural enquanto política. Elaborou minuciosamente o assunto das contradições sociais, que minavam a sociedade colonial e que o historiador procurou definir com a possível clareza: o desencontro de interesses entre proprietários rurais endividados e comerciantes portugueses credores; a intranquilidade imposta pela presença de uma maioria da população escrava: o preconceito de cor que agravava os conflitos de classe social; a desqualificação do trabalho, que impunha a inércia, a indolência e a preguiça, caracterizando uma estrutura social sem vitalidade e sem energia própria, — a "morada da pobreza", no dizer de Vilhena. Na verdade, a Independência passaria ao largo das contradições da sociedade, acirrando-as sem resolvê-las.

Enfatizava ainda o autor menos a presença de raças mal assimiladas ao sistema hegemônico da Colônia, do que os efeitos da dominação pela força: os escravos de que se aproveitavam somente o trabalho forçado, a energia bruta; os indígenas a que se tirava o sentido da vida comunitária, por força da exploração, com a imposição de uma cultura estranha, de modo a lhes restar apenas como defesa a indolência e o desinteresse. Era o que explicava na época da Independência, o processo de anomia que sofriram, os germes de degeneração implantados nas suas formas de vida mais primárias.⁶²

Ressaltou a incapacidade da sociedade colonial de gerar uma superestrutura própria, motivo pelo qual as elites dirigentes importavam ideologias da Europa, como o jacobinismo francês, as instituições políticas contra-revolucionárias da monarquia, que não brotaram "do íntimo da sociedade brasileira, incapaz de tal

62. *Idem, ibidem*, p. 343.

criação, mas lhe é imposta do exterior"⁶³. A maçonaria, organização internacional também trazida de fora pelas elites emprestou ao processo da independência um mínimo de coerência e de eficiência política que não teriam tido se tivessem permanecido isolados e entregues a suas próprias forças.⁶⁴ A pobreza da vida social brasileira se evidenciava na constituição política do país independente. "É ela a causa das dificuldades e problemas de organização e funcionamento institucional que tivemos de enfrentar e que levaram até aquele esdrúxulo e artificial Império constitucional, que tivemos"⁶⁵.

Quanto aos demais setores da população, a grande maioria dos oprimidos e dos marginalizados, faltava-lhes uma base econômica mais organizada e estável.⁶⁶ O historiador documentou em seu livro antes forças tendentes a produzir a anomia entre a população pobre brasileira do que formas alternativas de vida. "Para este setor não se pode nem ao menos falar em 'estrutura' social, porque é a instabilidade e a incoerência que a caracterizam, tendendo em todos os casos para estas formas extremas de desagregação social, tão salientes, características da vida brasileira e que notei já em outro capítulo: a vadiagem e a caboclição".⁶⁷

O sistema colonial, eficiente enquanto organização produtiva, era "estéril no que diz respeito a relações sociais de nível superior"⁶⁸, documentando, sobretudo no último capítulo do livro, a falta de coesão social, de nexos morais entre as categorias sociais e os indivíduos, que ficavam restritos aos laços primários de trabalho: "Muito poucos elementos novos se incorporarão a este cimento original da sociedade brasileira cuja trama ficará assim reduzida quase exclusivamente aos tênues e sumários laços que resultam do trabalho servil".⁶⁹ A própria desmoralização do trabalho manual acarretado pela escravidão dificultava formas de organização entre forros e libertos sem propriedade, condenados a vagar nômades, numa situação de desemprego estrutural.

63. *Idem, ibidem*, p. 344.

64. *Idem, ibidem*, p. 373.

65. *Idem, ibidem*.

66. *Idem, ibidem*, p. 343.

67. *Idem, ibidem*.

68. *Idem, ibidem*, p. 343.

69. *Idem, ibidem*.

Decifrou a materialidade das relações sociais num estilo muito concreto e pormenorizado, sempre com minúcias, que considerava de importância vital para o conhecimento histórico. Assim descreveu a maneira de atrelar os volumes às mulas no Brasil colonial, lembrando o quanto o costume das tropas de muare dificultou e encareceu o transporte de mercadorias grandes e pesadas. Justamente por este fator aparentemente banal é que a manufatura do ferro chegaria a ter certo apoio das autoridades administrativas em Minas Gerais.⁷⁰

Cultivava a observação de pormenores significativos, relacionando os fatos entre si de modo a traduzir o processo de desenvolvimento das relações sociais, a partir de seus fundamentos no sistema colonial. Dotado de extraordinária vocação para a história social, elaborou com rara sensibilidade o estudo das mediações sociais do sistema do mandonismo local da grande lavoura.

A vizinhança avassaladora dos grandes domínios dificultava, senão impossibilitava, a organização de forças autônomas por parte de rendeiros ou agregados descontentes, ameaçava até a sobrevivência de proprietários mais modestos de culturas de cana, fumo, algodão.⁷¹ Interpretação que estendeu às regiões desertas e pobres de lavoura de subsistência, ao sul do Recôncavo, em Porto Seguro, no Espírito Santo, onde também era difícil desenvolver forças de organização e resistência ao grande domínio do litoral.

Demonstrou extraordinária sutileza ao descrever a urdidura do sistema de dominação. É o caso do trecho em que relacionou a maneira como era imposta a cobrança dos dízimos, feita em espécie e espaçada no tempo, de modo que cobrada de chofre, arruinava os indivíduos mais pobres – rendeiros, agregados, pequenos lavradores. Teria sido um dos fatores da dispersão da população rural nas áreas dos grandes domínios⁷², em oposição à contiguidade da ocupação do sertão da pecuária.

Os recrutamentos também denotavam a violência do controle social exercido pelos poderosos⁷³ e reforçava o processo de desagregação e de anomia das populações oprimidas do litoral (ou da mineração, setores onde se exerciam de maneira mais sensível e

70. *Idem, ibidem*, p. 224.

71. *Idem, ibidem*, p. 289.

72. *Idem, ibidem*, p. 323.

73. *Idem, ibidem*, p. 309.

violenta a aspereza do mandonismo local). A propósito do poder local, também é arguta a sua análise da superposição de esferas do poder público e privado, no caso das ordenanças municipais. Ao esmiuçar a delegação de funções administrativas aos ordenanças deixa patentes os diferentes níveis de poder no Brasil colonial e a importância dos proprietários rurais, aos quais os poderes públicos da Metrópole delegavam grande parte de suas atribuições, de modo a reforçar e institucionalizar o mandonismo local.⁷⁴

É o que o levou a carregar de pessimismo as passagens sobre a inviabilidade política das populações oprimidas e sua incapacidade de desenvolver forças alternativas de organização de sobrevivência. No capítulo final, desenvolveu argumentos relativos ao grau de submissão, de clientelismo, de falta de nexos moral e de anomia das relações sociais no Brasil Colônia. Tinha em mente as áreas da grande lavoura e da mineração.

Discernia traços de decomposição nas retaguardas de decadência que os ciclos de empobrecimento da grande lavoura e da mineração acarretavam. Demonstrou pessimismo ao analisar as relações sociais de agregados, de faiscaidores, de garimpeiros – figuras típicas das áreas de decadência do sistema, onde apareciam antes como vítimas, do que como agentes políticos capazes de revolta.⁷⁵

Já entre os marginalizados do sistema no Brasil interior, discernia formas alternativas de organização social; justamente nas regiões menos controladas e mais afastadas do litoral da Bahia e de Pernambuco, principais núcleos da grande lavoura de exportação... Estas forças de resistência e de autonomia das relações sociais teriam papel decisivo no desenvolvimento da futura nacionalidade.

Esmiuçou as relações de trabalho na pecuária do Nordeste, onde era menos dominante a presença de escravos. Descreveu os contratos entre o senhor e seus vaqueiros, pagos em espécie, o que lhes dava autonomia, de cinco em cinco anos, para estabelecer-se como criadores por conta própria. Através dos contratos de trabalho, devassou o modo contíguo de povoamento na Colônia.

74. *Idem, ibidem*, p. 325.

75. *Idem, ibidem*, p. 153 (agregados), 274 (faiscaidores) e 179 (garimpeiros).

Reconstituiu, em outras passagens, as ocupações oferecidas aos vadios como peões na pecuária mineira, onde as relações de trabalho eram menos hierarquizadas e mais democráticas; como remeiros nas Monções paulistas do Tietê para Goiás e Mato Grosso; como arrieiros nas tropas de mar; como capatazes no Rio Grande do Sul. Em cada uma das conjunturas do mercado interno demorou-se nas relações sociais do trabalho, desvendando as possibilidades de relações mais estreitas, mais homogêneas ou de qualquer forma diferentes das relações patriarcais aristocratizadas dos centros rurais e urbanos do litoral.

Deste modo, desenvolveu o estudo do regionalismo na interpretação da formação da nacionalidade, localizando áreas onde se desenvolviam as atividades de abastecimento do mercado interno por oposição às áreas de grande lavoura de Pernambuco, Bahia, ou da mineração do ouro. Mais especificamente no Centro-sul, após a decadência do ouro, que provocou uma significativa redistribuição demográfica. Ao referir-se à configuração do Centro-sul, abarcava tanto as áreas do Sul de Minas, do Rio de Janeiro e São Paulo, como o extremo Sul do país; ainda Mato Grosso, Goiás, remontando às fronteiras do grande interior.⁷⁶

Ao estudar formas sociais intermediárias, procurava um substrato material para a futura soberania nacional, que se pudesse opor ao mero conceito abstrato copiado dos europeus. Entretanto, recontecia a baixa qualidade de vida, que caracterizou estas diferentes conjunturas locais, em geral muito pobres, e o nomadismo aventureiro que sempre dificultou a gestação de forças autônomas de organização social. A respeito das estradas coloniais, comentava as comunicações morosas e difíceis, que imprimiam às relações da Colônia "um ritmo lento e retardado"; e que terá tido com toda segurança uma boa dose de responsabilidade neste tom geral de vida frouxa que caracteriza o país.⁷⁷

Anos mais tarde, polemizou a configuração do arcaico por oposição ao moderno, tal como figurava no livro de Gustave Dallembert, sobre *Os Dois Brasis*, que a seu ver desfocava o assunto da dependência estrutural interna da sociedade brasileira e da marginalidade do nacional, no processo histórico da sociedade colonial. O arcaico sugeria erroneamente uma conotação regional

76. *Idem, ibidem*, p. 193.

77. *Idem, ibidem*, p. 235.

do Nordeste com o passado colonial, enquanto o moderno apelava para a predominância econômica de São Paulo, urbanizado e industrializado. Era diferente sua interpretação, pois ressaltava a relação fundamental de complementaridade e subordinação e achava politicamente imprescindível que fossem localizadas no próprio âmago do progresso capitalista.⁷⁸

População e Contribuição

Formação do Brasil Contemporâneo foi um dos livros que mais decisivamente repercutiram na formação das gerações seguintes de pesquisadores em Ciências Sociais, no Brasil, pois definiu parâmetros e agiu como uma força paradigmática, abrindo leques de temas, posteriormente retomados nas vertentes por ele abertas. Nos impasses do inorgânico, descerrou o tema dos marginalizados da História do Brasil, abrindo o caminho para futuras pesquisas sobre as relações sociais e as condições de vida destes amplos setores marginalizados da sociedade colonial. Em sua obra, apontou o método e os temas de pesquisa para o estudo das possibilidades de organização de sobrevivência, que ainda não podia detectar na documentação de que dispunha. Sugeriu as diretrizes para a elaboração das especificidades de sobrevivência e de articulação social dos grupos marginalizados, dadas as condições de vida mais soltas ou distanciadas da vizinhança avassaladora da grande lavoura. O próprio historiador desvendou múltiplas possibilidades de estudo de conjunturas que superaram a tese da anomia, que desenvolve no último capítulo de sua obra para as áreas da grande lavoura e da mineração. Embora no conjunto o historiador manifestasse certo ceticismo quanto às formas de organização possíveis do setor inorgânico, lançou o tema com uma multiplicidade de implicações para estudos posteriores. Fez menção aos mutirões como forma de solidariedade e de organização peculiar dos lavradores pobres, talvez um dos traços comunitários herdados dos indígenas, que obviamente se opunha a sua descrição da desordem, que reinava em meio a este grupo social, oprimido pelos grandes proprietários do litoral.⁷⁹

Um dos motivos deste poder seminal de sua obra⁸⁰ foi a clareza com que diagnosticava a falta de parâmetros na historiografia brasileira e a necessidade de desenvolver estudos para cobrir es-

78. Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira*, op. cit., p. 119.

79. *Idem*, *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 343.

80. Fernando Novais, "Caio Prado Jr, historiador", *Novos Estudos Cebrap*, v.2, n.2, 1983, p. 66-70.

tas lacunas. Reclamou trabalhos mais específicos sobre a participação de índios e africanos no desenvolvimento da nacionalidade brasileira. Apesar de alguns deslizes de linguagem, ele próprio propôs a revisão do papel dos quilombos entre outros movimentos de resistência ou rebeldia no Brasil colonial, chamando atenção para a importância política e social de estudar o assunto.⁸¹ Da mesma forma, referindo-se sobretudo aos índios, lembrou temas futuros de pesquisa relativos às formas de adaptação destes grupos étnicos na sociedade colonial, que precisavam ser ampliados e revistos.⁸²

Não podemos esquecer o quanto acenou para o papel fundamental que teriam os marginalizados mestiços no processo de formação da nacionalidade brasileira, nem como deixou vislumbrada, para pesquisadores das gerações seguintes, a diversidade de suas formas regionais de dependência interna.

Sua obra foi decisiva na formação de sucessivas gerações de jovens pesquisadores, a quem comunicou a vida continuamente renovada de um estilo muito concreto, marcado por sua formação avessa ao acadêmico e pelo apego ao estudo das conjunturas específicas de subordinação e dependência, interpretadas como impasse na formação nacional.

Tinha um amor inabalável pelas diversidades e lutas do Brasil contemporâneo. Em 1971, condenado a cinco anos de prisão, cumpriu parte da pena no quartel da Cidade Universitária de São Paulo. Ao deixar a prisão, quis percorrer a estrada transamazônica, rever o sertão do Nordeste, tomar de novo contato com os problemas das populações locais. Como pioneiro das teorias neocolonialistas de dependência interna, foi sempre um militante disposto a adaptar a ação política às especificidades sociais do Brasil. Como historiador, quis relacionar e englobar num só os tênues limites entre a história social e a história política, que ainda constitui desafio para as vanguardas da historiografia mais contemporânea.

Excelente. O + ben argumentado e fundamentado. 7 pontos. F. L. B. S.

81. Caio Prado Júnior, *Formação*, op. cit., p. 281.

82. *Idem*, *ibidem*, p. 348.